



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

## PARECER JURÍDICO

**REQUERENTE:** Setor de Compras e Licitações

**ASSUNTO:** Parecer Jurídico Aditivo a Contrato nº 31/2025. Processo nº 1364/2025.

Trata-se de Parecer Jurídico solicitado pelo Setor de Compras e Licitações para Assessoria Jurídica a fim de se proceder a análise de legalidade, formalidade e adequação de pedido de Aditivo ao Contrato nº 31/2025, que teve como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de reforma com fornecimento de materiais no centro cultural Dr. Getulio Soares de Chaves de acordo com projeto técnico, memorial descritivo e demais documentos que instruíram o expediente de contratação. Referido **contrato foi firmado em 24 de março de 2025, fundamentado na lei 14.133/2021.**

O contratado realizou pedido de aditivo de valor de R\$20.059,91 (vinte mil e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos) tendo como justificativa e amparado por Parecer Técnico datado de 16 de abril de 2025 e firmado pelo Engenheiro Civil Tarso dos Reis Fin, inscrito no CREA/RS 257804, onde aponta que:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

"1. Justificativas. a) Quanto ao acréscimo na quantidade de área que será feita a intervenção no palco do Centro Cultural, é justificado, pois, após a retirada da quantidade prevista inicialmente no assoalho do palco, constatou-se que a estrutura do mesmo estava toda comprometida, com os barrotes em decomposição e a face interior das tabuas do assoalho, muitos na mesma situação. Levando em conta essa situação, orientou-se a empresa responsável pela execução em reaproveitar as tabuas possíveis, e realizar a substituição das tabuas em decomposição, sendo feita a intervenção em toda área do palco, diferente do previsto inicialmente."

Com as alterações e as necessidades supervenientes, que são interesse da administração pública em atingir a finalidade, ocasiona por si só a consequente majoração dos valores envolvidos na contratação.

A Clausula Quarta do contrato aponta o valor inicial de R\$67.822,22 (sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos). A Lei nº 14.133/21 artigo 124, Inciso I alínea 'a'<sup>1</sup> e artigo 125<sup>2</sup> estabelecem os parâmetros das alterações referente à variação dos valores.

**É apresentada a dotação orçamentária denominada**  
**"Manutenção do Departamento Cultural – 4490.51.00.00.00.00, datada de**

<sup>1</sup> Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

<sup>2</sup> Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

**23 de abril de 2025 e firmada pelo Contador Lucas Lira da Costa, apontando a existência dos recursos que o município irá suportar em decorrência da assinatura do aditivo almejado.**

Assim, nos termos da fundamentação estaria amparada pelos dispositivos legais apontados, não havendo óbice aparente à legalidade do aditivo pretendido, devendo ser submetido à deliberação/autorização superior da autoridade competente para tanto.

Ante ao exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, nos termos da fundamentação, poderá este órgão promover aditivo contratual a ser firmado com a empresa JOSIEL BARBOSA, CNPJ sob nº 39.916.860/0001-05. Caso seja ratificado pela autoridade superior desta Gestão municipal, recomenda-se desde já que a administração fiscalize com rigor a execução dos serviços contratados, sob pena de responsabilidade a quem der causa por violações dos dispositivos legais, na medida de sua responsabilidade.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Espumoso/RS, 23 de Abril de 2025.

**EDUARDO DE CESERO**

JURIDICO